



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2026

Dispensa de Licitação nº 036/2026

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Mário Cirino Rodrigues, nº 249, bairro centro, nesta cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 90.483.058/0001-26, neste ato representado pela Prefeita Municipal Joelice Bortolanza Canali, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e **COMERCIAL PROGRESSO – EPIS, CORREIAS E ROLAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob Nº 10.843.478/0002-18, com sede na Rua Francisco Jose Trevizan, 456, Bairro Industrial III, Cidade de Parai/RS, CEP: 95.360-000, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, com base no Art. 75, II da Lei 14.133/2021 que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: A CONTRATADA fornecerá a CONTRATANTE os seguintes materiais de proteção individual – EPIS, para a Secretaria Municipal da Saúde:

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LUVA LATEX SILVER AZ/AM TAM.9 CA3333/31335/9634 (par)	20	5,65	113,00
BOTA EVA C/C BRANCA SOLADO BORRACHA FEB-II-X CA51814 (par)	01	115,00	115,00
BOTA EVA C/C VERDE SOLADO BORRACHA FEB- II-Z CA50111 (par)	01	115,00	115,00
BOTINA ELÁSTICO SOLADO PU BID RASPA CA40743/48097 (par)	02	66,00	132,00
BOTINA ELÁSTICO SOLADO PU BID RASPA CA40743/48097(par)	02	66,00	132,00
ÓCULOS JAGUAR INCOLOR HASTE REGULÁVEL CA10346 (peça)	20	7,64	152,80
CAPA DE CHUVA AMARELA PVC FORRADA COM CAPUZ MANGA 0,35MM CA28449 (peça)	06	35,00	210,00
BOTA EVA C/C VERDE SOLADO BORRACHA FEB- II-Z CA50111 (par)	02	115,00	230,00
BOTINA ELÁSTICO SOLADO PU BID RASPA CA40743/48097 (par)	04	66,00	264,00
BOTINA ELÁSTICO SOLADO PU BID RASPA CA40743/48097 (par)	04	66,00	264,00
BOTINA ELÁSTICO SOLADO PU BID RASPA CA48097 (par)	04	66,00	264,00
SAPATO ELÁSTICO BRANCO PU BID CA31754/21159 (par)	04	113,98	455,92
TENIS EVA BRANCO ANTIDERRAPANTE CA 37212BB80 (par)	05	113,98	569,90



TOUCA SANFONADA TNT BRANCA DESCARTÁVEL (caixa/centena)	50	15,69	784,50
SAPATO ELÁSTICO BRANCO PU BID CA31754/21159 (par)	07	113,98	797,86
SAPATO ELÁSTICO BRANCO PU BID CA31754/21159 (par)	07	113,98	797,86
CREME PROTETOR 3X1 FRASCO 200G CA43802 (unid)	80	12,01	960,00
SAPATO ELÁSTICO BRANCO PU BID CA31754/21159 (par)	09	113,98	1.025,82
MASCARA DESCARTÁVEL/CIRURGICA TRIPLA COM ELÁSTICO (peça)	7.000	0,23	1.610,00
CREME PROTETOR SOLAR FPS 60 FRASCO 120ML (unid)	50	33,00	1.650,00
			R\$ 10.643,66

Parágrafo Primeiro: A entrega dos materiais deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de compra da Secretaria Municipal da Saúde;

Parágrafo Segundo: A Secretaria Municipal de Saúde solicitará os materiais conforme a necessidade, durante o período de vigência do Contrato, de forma parcelada.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA compromete-se a fornecer materiais de boa qualidade, novos, sem uso anterior, responsabilizando-se pela substituição imediata de qualquer item que apresente defeito de fabricação ou vício de qualidade, bem como nos casos em que a CONTRATADA for responsável por qualquer irregularidade no fornecimento.

DO VALOR E DO PAGAMENTO

Cláusula Segunda: O preço total a ser pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, pelo material é de R\$ 10.643,66 (Dez mil seiscentos e quarenta e três reais com sessenta e seis centavos).

DO PAGAMENTO

Cláusula Terceira: O pagamento será efetuado em conta bancária indicada pela CONTRADA até cinco dias úteis após a realização de cada entrega das mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal de Serviços.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Quarta: O presente contrato terá sua vigência pelo período de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do presente contrato administrativo, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.



DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Quinta: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal da Saúde;

2057 – Atividades e ações gerais para manutenção da saúde da população;

33903000000000.600 – Material de consumo;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula Sexta: Constituem também obrigações e responsabilidades da contratada:

- a) Fornecer os materiais conforme especificado neste contrato, conforme exigências e características, novos e de boa qualidade.
- b) Emitir Nota Fiscal de Prestação de serviços, fazendo discriminar no seu corpo a descrição e a dedução dos impostos exigidos pelo fisco.
- c) Cumprimento de outras exigências já definidas no presente contrato e previstas na Lei nº 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Cláusula Sétima: Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução do objeto podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos;
- b) Efetuar o pagamento da forma acordada neste instrumento;
- c) Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, se necessário;

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Oitava: A fiscalização dos serviços contratados será exercida pela servidora Ana Luiza Spiller Tumelero para validação do perfeito atendimento dos serviços contratados.

Parágrafo único: A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção dos serviços que julgar inaceitáveis.



DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Nona: A CONTRATADA se sujeita, no que couber, às penalidades previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº14.133/2021, garantido o direito de ampla defesa.

Parágrafo Primeiro: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
 - (2) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)



Parágrafo Quarto: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º), e se observará o seguinte:

1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Sexto: Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Oitavo: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

Parágrafo Nono: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

Parágrafo Décimo: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Primeiro: As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima: A CONTRATADA reconhece desde já que o presente contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei nº14.133/2021, no que couber ao objeto deste contrato.

DO FORO

Cláusula Décima Primeira: O Foro competente para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente instrumento contratual é o da Comarca de Lagoa Vermelha/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certos e ajustados, firmam o presente instrumento exarado em três vias de igual teor e forma, assinados pelas partes contratantes e de fiscalização do contrato, com o parecer da Assessoria Jurídica do município, para que surta seus efeitos legais.

Caseiros, 27 abril de 2026.

MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS

Contratante

LEANDRO ANTONIO
MORONI:7213426702
0

Assinado de forma digital por
LEANDRO ANTONIO
MORONI:7213426702
Dados: 2026.04.28 08:28:52 -03'00'

COMERCIAL PROGRESSO – EPIS, CORREIAS E
ROLAMENTOS LTDA

Contratado


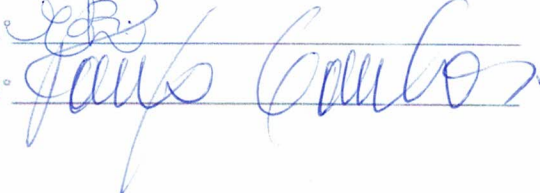


FISCAL DO CONTRATO

Ana Luiza Spiller Tumelero

Ana Luiza Spiller Tumelero

TESTEMUNHAS:

1º 
2º 

CASEIROS

